Ata da 32ª Reunião Ordinária do 3º Ano Legislativo, da 19ª Legislatura da Câmara Municipal de São Bento do Sul, realizada aos dez dias do mês de julho, do ano de dois mil e vinte e três, às dezenove horas, em São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, nas dependências da Câmara Municipal, situada à Rua Vigando Kock, nº 69. Os vereadores se reuniram, em sessão ordinária, sob a presidência da Vereadora Zuleica Maria Sousa Voltolini, secretariada pelo vereador Adriano Reinhardt, primeiro secretário. Presente a totalidade dos senhores vereadores. Havendo quórum legal, em nome do Povo de São Bento do Sul, foi aberta a sessão. **EXPEDIENTE**: As matérias recebidas, correspondências recebidas e correspondências expedidas constam na pauta que é parte integrante da presente Ata. **ORDEM DO DIA**: Dentro da ordem do dia a sra. presidente encaminhou às comissões técnicas os Projetos de Lei do Executivo Municipal de n° 407 e 408 de 2023 e a Moção de Apelo n° 63 de 2023. A sra. presidente encaminha para as comissões de finanças, contas e orçamentos o Requerimento de Certificado de Regularidade n°113 de 2023. **ATA**. Foi discutida e colocada em votação a Ata da 30ª e 31ª Reuniões Ordinárias de 2023, sendo aprovada por unanimidade. **DISCUSSÃO ÚNICA E VOTAÇÃO**: Na sequência, a sra. presidente colocou em discussão única acerca do Requerimento de Informação n°46 de 2023. Autor: Vereador Paulo Zwiefka acerca dos serviços de licenciamento do Consórcio Quiriri. Com a palavra, o vereador Paulo Zwiefka. Fez o requerimento em razão de algumas pessoas que o solicitaram acerca da demora das solicitações de licenciamento não saírem. Disse que procuraram o vereador sobre o assunto e estão preocupados com a licença. Reiterou que com o Requerimento de Informação, pelo menos dá para ajudar a ver o que está sendo trabalhado até agora. Informou os detalhes das solicitações acerca do Requerimento. Com a palavra, a vereadora Carla Hofmann. Disse que a questão das solicitações do Consórcio Quiriri é uma preocupação há bastante tempo. Em muitas oportunidades, o Consórcio tem feito algumas atividades, no qual duvida a despesa de manutenção para este setor atual. Comentou que tem conversado sobre outras temáticas acerca destes departamentos, falou que o próprio Consórcio poderia seguir com o seguimento de turismo. Por conta dessas despesas atuais, há de se justificar uma explicação acerca dos motivos que levam ao Consórcio ter a despesa atual. Conclui dizendo que, como tendo as funções de fiscais do município, precisa haver mais essa fiscalização acerca de setores específicos da gestão pública. Se coloca favorável ao Requerimento de Informação. Com a palavra, a vereadora Terezinha Dybas. Parabenizou o vereador Paulo pelo requerimento, sendo bem objetivo. Compete ao Consórcio Quiriri responder cada uma delas. Se diz favorável ao Requerimento de Informação. Com a palavra, o vereador Darlan. Parabenizou a atitude do vereador Paulo. Disse que em tempos de receber várias reclamações, essências emitidas pelo Consórcio Quiriri. Comentou que recentemente esteve em Itapema e disse que havia um problema similar, visto pela demora dos órgãos públicos para liberação de licenças para construção. Agora Itapema acabou fundando o Instituto de Meio Ambiente, liberando as licenças muito mais rápido do que seria os órgãos competentes. Disse que acha interessante

comparar as respostas desse requerimento com outros departamentos públicos, para ver se realmente há diferença ou não. Caso não disser, citando a vereadora Carla, disse que é um custo muito caro para bancar, precisava rever certas coisas. Conclui dizendo que é favorável ao requerimento. Não havendo mais nenhuma manifestação, a sra. presidente colocou em votação o Requerimento de Informação n° 46 de 2023, sendo aprovada por unanimidade. Na sequência a sra. presidente colocou em discussão única acerca do Certificado de Regularidade n°112 de 2023 – Da Associação de Pais e Professores da Escola Básica Municipal Coronel Osny Vasconcellos. Com a palavra, a vereadora Terezinha Dybas. Disse que as contas estão totalmente regulares e já foram analisadas pelas comissões. Não havendo mais nenhuma manifestação, a sra. presidente colocou em votação o Requerimento do Certificado de Regularidade n° 112 de 2023, sendo aprovada por unanimidade. **MATÉRIAS EM 2ª DISCUSSÃO:** Na sequência a sra. presidente colocou em segunda discussão o Projeto de Lei n° 96 de 2023 – Autor: Legislativo Municipal. Que introduz alterações na lei n° 2.983 de 27 de março de 2012 e dá outras providências. Não havendo mais nenhuma manifestação, a sra. presidente colocou em votação o Projeto de Lei n° 96 de 2023, sendo aprovada por unanimidade. **MATÉRIAS EM 1ª DISCUSSÃO.** Em seguida a sra. presidente colocou em 1ª discussão o Projeto de Lei do Executivo nº 385 de 2023- Autor: Executivo Municipal – Que autoriza o poder executivo a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal com a garantia da União e dá outras providências. Com a palavra, a vereadora Terezinha M. Dybas. Disse o objetivo do projeto que tem por finalidade a prefeitura fazer um financiamento para pavimentar 50 ruas. Neste montante, poderá ser um número maior de ruas, dependendo das licitações, que se pretende fazer em três blocos. Por conta disso, a licitação acaba sendo um valor abaixo do que está sendo lançado, e se tudo der certo, mais ruas poderão ser pavimentadas. Disse que aprovado este projeto na Câmara, o documento será encaminhado direto para a Caixa Econômica para analisar o pedido e depois liberar o financiamento. Comentou que com o financiamento aprovado, a prefeitura poderá iniciar os processos licitatórios para então começar as ordens de serviço e as ruas de fato serem pavimentadas. Comentou dados e detalhes acerca do projeto e quanto a prefeitura, na gestão atual, tem a capacidade de endividamento para obter o financiamento. Disse que há uma preocupação muito grande com o processo da Andrade Gutierrez, por conta das obras realizadas entre 2008 e 2009, tendo uma ordem de R$ 42 milhões que a prefeitura terá que pagar. Explicou que mesmo pagando esta dívida, a prefeitura financiando os R$ 35 milhões para pavimentação ainda estaria com margem satisfatória, isso elevando a dívida em 20%, do teto dos 120% que não poderá ultrapassar. Concluiu que a população de São Bento do Sul clama por pavimentação. Com a palavra, o vereador Hélio Alves. Se manifestou favorável ao projeto. Parabenizou o prefeito por ter coragem de fazer um projeto deste porte. Mas lembrou que a discussão é para aprovar o projeto do financiamento, logo após que irá para a análise do banco, durando de seis meses a um ano para ser aprovado. Depois vem a parte de execução. Disse que o pessoal

precisa entender que leva um tempo para aprovar o financiamento. Algumas ruas pavimentadas hoje foram de financiamentos feitos há seis anos atrás. Comentou que vai demorar um pouco, porque vai ter políticos dizendo que irão fazer tais ruas que não foram feitas, mas será feito de qualquer forma por causa do financiamento. Com a palavra, a vereadora Carla Hofmann. Manifestou citando a vereadora Terezinha que precisa analisar na Casa de Leis, este projeto por conta de uma expectativa muito grande que se cria em relação ao cumprimento destes compromissos. Deixou claro que pavimentação é fundamental, as ruas de São Bento do Sul carecem há muito tempo de um projeto sério de pavimentação. Disse que pessoas que sofrem muitos anos com o pó na frente de casa, enfrentar o trânsito, tem de ter a dignidade de ter a possibilidade de abrir sua janela de casa e não entrar pó em seu imóvel. Ponderou de projetos que foram aprovados em anos anteriores para obras de pavimentações. Se preocupa com a questão do tempo dos processos licitatórios, exemplificando uma obra do SAMAE no qual o financiamento saiu em 2021, mas acabou saindo somente esta semana. Disse que precisa atentar sobre a expectativa criada em iniciar essas obras que acabarão sendo cobradas aos vereadores. Disse que é dever da gestão priorizar ao máximo para que essas pessoas que estão carentes dessas pavimentações há tanto tempo, não fiquem aguardando isso como uma promessa eterna. Citando o vereador Hélio, disse da última vez que foi feito um financiamento para 13 ruas, no qual aconteceu em 2019, com autorização legislativa e apenas em 2022 ela se efetivou. Comentou que é muito importante analisar esses números. Citou outro exemplo de um projeto para pavimentação feita em 2021 e que até agora ela não se iniciou. Falou que tem um compromisso em dar este cheque em branco para o executivo para chancelar a tomada desses valores. Mas que isso seja um compromisso que se reverta o mais rápido para a população. Disse que conversou com o prefeito a respeito desse assunto, e que pavimentação deve ser tratada como política pública. Discorda de algumas ruas que foram colocadas, mas respeita o poder discricionário do prefeito. Com a palavra, o vereador Darlan Guliani. Disse que o projeto deve passar, conforme o que foi discutido em reunião. Entende o poder discricionário do prefeito, que deve respeitar as decisões das ruas, mas reiterou que também se fosse de decisão dele, algumas ruas não estariam na lista. Disse que tem ruas sem saída, com casas dos mesmos familiares, que pode ser feito sem a necessidade do financiamento. Cita a vereadora Terezinha, no caso dos dados acerca ruas pavimentadas e não pavimentadas. Disse que as ruas colocadas foram as prioridades, mas no seu entender algumas tem mais prioridades que outras. Ruas que dão acesso à postos de saúde, limitações às escolas, são mais importantes que ruas que não dão acesso a nada e não tem movimentação acelerada de carros, que não levanta poeira. Falou que é um projeto que coloca os vereadores contra a parede, porque não dá a chance de tirar ou excluir algumas ruas. De sua parte diz que será aprovado porque a maioria das ruas são as que necessitam de maior prioridade, mas outras, porém, não estariam. Com a palavra, o vereador Jairson Sabino. Endossou palavras dos vereadores anteriores, dizendo que o projeto é importante, mas a

escolha das ruas de fato foi infeliz. Se fosse analisar os critérios importantes, se há postos de saúde, farmácia, escolas para serem escolhidas. Disse que não vai repetir as mesmas palavras. Citou o ofício do requerimento de informação do legislativo, disse que na segunda discussão deve ser colocado no telão os números referentes ao projeto e as ruas que serão contempladas. Lembrou que o governo até o momento fez 6800 metros de ruas até agora, dizendo que não é algo revolucionário, mas gostaria que fosse, concluiu dizendo que tem mais propaganda do que obra. Com a palavra, o vereador Paulo Zwiefka. Disse que se coloca favorável ao projeto, citando a vereadora Carla, que é algo muito pedido por todos. Colocou sobre as ruas que são prioridades ou não, reiterando a fala dos vereadores que algumas ruas não dão acesso a nada, dizendo que dão acesso sim, porque se tem morador então há acesso a alguma coisa. Comentou que todos têm direitos de receber melhorias, algumas podem ter mais prioridades que outras, mas mesmo assim todas dão acesso a algum morador. Há algumas ruas sem saídas e que tem muitas dificuldades em acessar, pois precisa-se a todo momento fazer uma patrola e depois de um tempo o mesmo problema acontece. Disse sobre a questão do compromisso do executivo e legislativo, para que as obras aconteçam o mais rápido possível, disse que é o que mais esperam, e espera-se que isso seja uma prioridade do executivo, buscando financiamento e processos licitatórios. Acredita que vão trabalhar com seriedade para enviar os documentos necessários para o banco, para ser aprovado o mais rápido possível. Que não aconteça igual ao financiamento passado que demorou mais de um ano para ser aprovado por causa dos documentos. Concluiu dizendo que isso da para se trabalhar de maneira mais eficiente e acredita que há ruas que realmente podiam ser incluídas no lugar de algumas, mas respeita que todos merecem ser contemplados pois todos são contribuintes. Falou que algumas ruas que não estão na lista e deveriam ter sido asfaltadas há muito tempo em gestões anteriores, mas não foram. Disse que sempre existe o interesse político e todos sabem disso. Todo prefeito que entra, a gestão em si não irá trabalhar totalmente naquilo que é prioridade, porque vive-se na política. Disse que não adianta ficar batendo que tal rua não foi contemplada, porque a política é assim e sempre será assim. Duvida que outro prefeito não faria a mesma coisa. Vereadora Carla pede aparte. Falou que cobra do atual executivo porque é o seu papel, mas também concorda que também já houve vários problemas em gestões anteriores. Reiterou que há vários problemas que devem ser levantados no município. Seu papel como vereadora é cobrar do executivo esta ação política. Concluiu que concorda que também há outros problemas que precisam ser vistos e apurar situações importantes. Citou também a fala que até agora não entendeu o verdadeiro propósito da Usina de Resíduos Sólidos se realmente se paga para o município. Disse que tem que se pensar em problemas atuais e futuros, como a Andrade Gutierrez por exemplo. Voltando a palavra do vereador Paulo. Disse que também precisa-se analisar as empresas que estarão neste processo licitatório. Citou exemplos de algumas ruas nesta atual gestão, no qual demorou muito para concluir uma rua, mais de um ano. Falou que imagina se a mesma empresa pegasse vinte ruas, o quanto

demoraria para fazê-las. Vereador Darlan pede aparte. Reiterou em sua fala, quando citou que há ruas na lista que não vai a lugar nenhum, tem o entendimento que toda rua leva a algum lugar. Colocou que todas as ruas que precisam de pavimentação são prioridades, mas em sua visão algumas são mais prioridades ainda, que beneficiam o todo, o coletivo. Vereador Jairson Sabino disse que o vereador Paulo foi muito feliz em sua colocação sobre a empresa vencedora da licitação. Disse que é importante que a municipalidade saiba. Disse que há muitas dificuldades na questão das empresas que vencem a licitação. O pessoal apresenta a documentação e todos os processos, ganha a empresa que fará o melhor preço. Mas quando abrir o processo da empresa que ganhou, disse que precisa analisar mais a fundo, quantos trabalhos já estão sendo feitos. Reiterou que geralmente há algum limite para fazer os asfaltos, "a quente". Por isso é preciso colocar essas situações à tona. Porque caso não tivesse essas determinações, empresas de Pernambuco estariam aqui, mas não estão por conta da proximidade da Usina com o local da obra. Disse que se fala de um raio de 150 quilômetros, por conta da temperatura do asfalto. Outros tipos de asfalto não se discutem, porque são frios. Mas sobre os asfaltos quentes, precisa ver a questão da distância, e por isso normalmente vai ganhar a empresa que está em um raio de 150 quilômetros do município, para não esfriar o asfalto. Concluiu questionando se a empresa ganhadora das ruas, quantas frentes de trabalho, a empresa é capaz de apresentar? O que se vê geralmente são frentes de duas, três ruas no máximo, a não ser que a empresa ganhadora apresente algo muito diferente, o que não acredita. Concluiu dizendo que precisa ver como a empresa irá fazer as frentes, as calçadas para os moradores, fica o questionamento. Com a palavra, a vereadora Lindacir Conde. Manifesta favorável ao projeto. Disse que a pavimentação no município é uma das mais maiores prioridades. Vem de um bairro onde a demanda é maior ainda. Disse que concorda com a fala de todos os vereadores, citando também a palavra do vereador Darlan. Pensa que todos os munícipes querem e merecem ter as ruas pavimentadas, mas quando se pensa no coletivo, precisa-se pensar nos postos de saúde, nas escolas. Falou que quando pega o "barco andando" é mais complicado, mas está vendo todas as colocações dos vereadores. Agradeceu todos os vereadores e suas falas, intervenções, dizendo que se sente muito contente em ter uma equipe que se preocupa com os cidadãos de São Bento do Sul, querendo sempre pontuar o melhor para a cidade. Colocou que segundo a vereadora Terezinha, poderá sobrar dinheiro do financiamento para colocar mais ruas na lista de pavimentações, mas cabendo a decisão do prefeito. Falou que também cabe aos vereadores solicitar as ruas que são prioridades para a cidade, para serem pavimentadas. Com a palavra, o vereador Adriano Reinhardt. Disse que se sente feliz em ver todos os vereadores engajados neste projeto do financiamento das ruas. Falou que a preocupação é da mesma linha do vereador Darlan. Disse que sempre irá defender a prioridade do acesso aos postos de saúde, escolas, transporte público. Entende e é favorável ao projeto que todos os moradores e munícipes gostariam e querem asfalto na sua rua. Disse que irá brigar para que todas as ruas sejam pavimentadas. Falou que é difícil

as escolhas das ruas, pois é o executivo que decide, o que basta questionar o executivo sobre as escolhas. Disse que se preocupou com os endividamentos da prefeitura, citando a fala da vereadora Terezinha. Discordando a fala sobre a fala do endividamento, falando que estão “tranquilos”. Disse que atualmente estão “tranquilos” porque a arrecadação está sendo gigantesca, principalmente por causa da pandemia. Falou que se preocupa muito porque a prefeitura irá ter muitos endividamentos futuros. Falou que todo mundo está acompanhando a economia do país e vê, principalmente em São Bento do Sul, a arrecadação está caindo. Infelizmente na troca de governo é assim mesmo, não está culpando nenhuma bandeira de governo. Disse que é normal, mas em Santa Catarina principalmente em nossa região, não está bom. Comentou que o que preocupa é a capacidade de endividamento do município, como também a capacidade de pagamento do município. Questionou se o mesmo irá dar conta de pagar daqui há alguns anos, ou no próximo governo que estiver na próxima gestão, ou quiser fazer mais financiamentos. Seguir arcando com as custas das pastas, pois saúde e educação têm uma porcentagem dedicada. O município tem obrigação de priorizar a porcentagem na educação e saúde. Concluiu que mesmo assim será aprovado o projeto, citando o vereador Darlan. Falou que o que não pode acontecer é usar o projeto como algo eleitoreiro, vendendo ruas que serão asfaltadas, fazendo promessas, pessoas que fazem isso deveriam ser presas. Disse que a pessoa não sabe se vai o município terá recurso para asfaltar, e a população irá cobrar. Falou que se fosse na casa dele, estaria todo dia no gabinete do prefeito cobrando. Reiterou que não existe asfalto de graça, tudo será cobrado com a contribuição de melhoria. Com a palavra, a vereadora Terezinha Dybas. Usou a prerrogativa para falar sobre uma pergunta que um cidadão fez durante a sessão. Disse que em 2019 na gestão anterior, o financiamento FINISA foi iniciado, e então os vereadores fizeram uma alteração na lei, incluindo no corpo da lei o nome das ruas a serem pavimentadas. Falou que a Caixa Econômica aconselha para que não coloque nomes. O banco rejeitou e o projeto voltou para a Câmara de Vereadores, ainda na gestão passada para ser alterada a lei. Naquela alteração houve outra alteração também, onde foi colocado juros fixo no projeto. Foi para a Caixa Econômica, e como juros era mais baixo do que o estimado, voltou novamente para a Câmara de Vereadores. Neste tempo a legislatura atual já tinha sido iniciada. Sendo aprovado uma segunda alteração no projeto de lei, não incluindo o nome das ruas e também alterando o percentual de juros que dizia naquela época, alterando a letra da lei. Com isso, toda a documentação foi novamente enviada para o banco para aprovação do financiamento FINISA para financiar as ruas. Disse que naquele momento estava em plena pandemia, e o governo federal suspendeu todos os financiamentos. Falou que ficaram muitos dias com processos analisados suspensos. A suspensão sendo abaixada e no final do mês de outubro de 2021, voltaram a ser analisados os processos de financiamento, e o de São Bento do Sul estava junto, aguardando análise do financiamento. No dia 28 de dezembro de 2021, já então aprovado, foi feito a liberação do valor do financiamento de R$ 13 milhões, e então

em 2022 para que as obras pudessem ser começadas. As licitações das 16 ruas já haviam sido feitas em 2020 na gestão anterior. Detalhou os processos e impugnações que algumas ruas sofreram. Reiterou que com a experiência que se teve, agora as ruas não estão no corpo da lei, mas sim na justificativa. Acredita que com essa experiência, o tempo de análise e liberação para o banco referente a este projeto seja bem mais rápido do que foi o anterior. Conclui fazendo uma colocação referente às manifestações dos vereadores. De fato, a prerrogativa é do prefeito de escolher quais ruas serão pavimentadas, mas existe uma vontade por parte do executivo em atender os pedidos dos vereadores. Diversos vereadores fizeram pedidos para que algumas ruas sejam pavimentadas. Com certeza pelo menos uma delas está na lista. Disse sobre a fala que existem ruas que passam o transporte público, postos de saúde. Falou que fora este projeto de financiamento, existem 34 ruas que estão em fase de pavimentação, aguardando ordem de serviço ou obras já sendo realizadas com recursos próprios. E essas sim em sua maioria são para atender creches, escolas e também por onde passa o transporte coletivo. Comentou que se cada um tivesse a oportunidade de ser prefeito, cada um teria uma opinião diferente acerca da lista das ruas. Vereadora Carla pede aparte. Elogiou a retórica da vereadora Terezinha referente ao histórico de financiamento da cidade nos últimos anos. Disse que sua preocupação é a demanda das ruas, se podem ser alcançadas. Vereadora Terezinha finalizou falando que os vereadores devem analisar sim sobre se o município possui a capacidade de pagar ou não. Mas atualmente ela possui e tem uma margem bem satisfatória, mesmo aprovando o financiamento. A sra. presidente parabeniza todos os vereadores pelas suas manifestações, mostra que desde o dia que o projeto n° 385 entrou na Câmara de Vereadores, todos os vereadores estavam estudando, pesquisando vendo os detalhes acerca do projeto. Agradece também os assessores parlamentes que fizeram um trabalho brilhante em cada rua, medidas oficiais, o que é bom e o que não é. Foi uma preocupação de todos e por isso o projeto foi bem estudado, bem minucioso, para analisar com detalhes. Falou que puderam conversar com o executivo sobre, e segundo o prefeito, irá dar uma atenção na próxima remessa de pavimentações, que será visto todas as escolas, creches e postos de saúde que possuem acesso. Disse que não podem permitir que esses locais fiquem sem pavimentações. Não havendo mais manifestações, a sra. presidente informa que o referido projeto passará por segunda discussão em sessão futura. Em seguida a sra. presidente colocou em 1ª discussão os Projetos de Lei do Executivo nº 399, 400, 401, 402, 403, 404 e 405 de 2023 - Autor: Executivo Municipal – Visando agilizar os trâmites da pauta, uma vez que todos eles tratam de autorização de cobrança e contribuição de melhorias referente às pavimentações. Com a palavra, a vereadora Terezinha M. Dybas. Se trata das cobranças da contribuição de melhoria de sete ruas, sendo seis delas feitas em paver, acompanhados de drenagem e meio-fio, e a sétima sendo asfalto. A contribuição de melhoria tem um respaldo na constituição e é instituído no município. Com a palavra, o vereador Paulo Zwiefka. Falou que se pudesse ir contra o projeto, iria com certeza. Houve discussões, mas infelizmente é a lei, que obriga o

executivo a colocar essa contribuição de melhoria, porque já se paga tanto imposto e ainda precisa pagar pelo asfalto. Comentou que muito se discute na contribuição de melhoria, mas não se fala na capacidade de endividamento do cidadão. Muita gente não sabe como ocorre essa lei e acaba cobrando o asfalto e tendo que pagar. Com a palavra, a vereadora Carla Hofmann. Reafirma as palavras do vereador Paulo, os moradores precisam ter noção que haverá uma cobrança após feito o asfalto. Disse que é um modelo justo, porque se teve um benefício em sua rua, haverá uma contribuição para os moradores daquela rua para contribuir em outras futuras ruas. Mas responde que mesmo com isso, os impostos estão muitos elevados e não há uma proporcionalidade justa. Não havendo mais manifestações, a sra. presidente informa que o referido projeto passará por segunda discussão em sessão futura. Em seguida a sra. presidente colocou em 1ª discussão o Projeto de Lei do Executivo nº 406 de 2023 - Autor: Executivo Municipal – Que autoriza a Fundação Municipal de Desportos a custear despesas dos atletas e comissões técnicas, integrantes de equipes desportivas ou paradesportivas. Com a palavra, a vereadora Terezinha M. Dybas. Falou que é um dos projetos que gosta de discutir, porque irá trazer muitos benefícios para a comunidade e em específico a quem pratica o esporte. Disse que há muitos anos já ajudou muitas vezes com rifas, vaquinhas para ajudar filhos de amigos, pessoas que foram representar o munícipio fora da cidade e não tinham condições de ir com as próprias despesas. O projeto trata-se de uma autorização para que o município dentro de suas possibilidades, possa custear as passagens dos atletas que forem competir em outras cidades. Asseverou que há muitos esportistas em potencial de várias modalidades diferentes no município e que representam a cidade muito bem. O objetivo é para que possa ajudar e custear as despesas desses atletas que vão competir. Concluiu dizendo que há observações no projeto, dizendo que servidores públicos não podem ser contemplados, disse que é contra, desde que preencham todos os requisitos. Não havendo mais manifestações, a sra. presidente informa que o referido projeto passará por segunda discussão em sessão futura. Em seguida a sra. presidente colocou em 1ª discussão o Projeto de Lei do Legislativo nº 95 de 2023 - Autor: Legislativo Municipal – Que dispõe sobre os protetores, acolhedores, lares de apoio e outros tutores dessa natureza, de animais domésticos, cães e gatos no município de São Bento do Sul. Com a palavra, o vereador Darlan A. Guliani. Disse que o que preocupa em relação à causa animal são sobre as ONG's, protetoras independentes. Essas pessoas acabam fazendo um trabalho que compete à saúde pública, arcam com os custos, tratamento, recuperam os animais e até fazem filas de doação. As vezes as doações de animais são tão grandes que não dá tempo do animal ser castrado. O projeto visa que todo e qualquer trabalho prestado pelo executivo dentro da causa animal, dê prioridade aos animais que estão em ONG's e protetores independentes de animais. Avisou que virá um projeto para a Câmara a respeito de animais abandonados também. Mas a princípio este projeto atual vem para priorizar as ONG's e protetores independentes que trabalham para a causa animal. Não havendo mais manifestações, a sra. presidente informa que o referido

projeto passará por segunda discussão em sessão futura. **TRIBUNA POPULAR**. A sra. presidente informa, que atendendo o requerimento n°105 de 2023, da autora Karen Lili Fechner, que serão explanados sobre o serviço de acolhimento em família acolhedora. Com a palavra, o Sr. Alex Sandro Schlepka. É servidor efetivo, lotado na Secretaria de Assistência Social, como pedagogo e social, no momento está como coordenador do serviço de acolhimento no município. Esteve nessa noite para apresentar e divulgar o trabalho de acolhimento na Casa de Leis. Agradeceu o Legislativo por ceder o espaço para falar de um serviço tão importante da Secretaria de Assistência Social. Agradeceu as demais servidoras da equipe técnica, Clau, Viviane e a Mirela, ao secretário Gilmar Pollum por todo apoio e suporte que tem os dado, a juíza Dra. Liliane e também ao promotor Dr. Mateus, agradeceu principalmente às famílias acolhedoras, porque sem essas famílias não existiria o serviço de acolhimento de assistência social. O serviço de acolhimento familiar foi implantado em São Bento do Sul no ano de 2002, e tem como objetivo organizar o acolhimento de crianças e adolescentes afastados da família por medida de proteção, em residência de famílias acolhedoras cadastradas até que seja possível o retorno na família de origem, ou o encaminhamento para a adoção. Desde de 2002 foram realizados 286 acolhimentos de crianças e adolescentes em famílias acolhedoras, motivados por diversos motivos como o abandono, abuso e exploração sexual, maus tratos, negligência, devolução de adoção, entre outras situações. Em 2019 foi o ano que houve o maior número de acolhimentos, 32 no total. Em 2022 foram 19 acolhimentos, no qual 18 já tiveram sua situação resolvida, seja retornando à família de origem ou adoção. Em 2023 estamos com duas crianças acolhidas, seis famílias acolhedores cadastradas e habilitadas para acolher. Entre os vários desafios, destacou que é manter essas famílias sempre cadastradas. Ser uma família acolhedora exige tempo, dedicação, habilidades emocionais para abrigar as crianças e adolescentes. Muitas vezes as famílias cadastradas abrigam somente uma vez e depois se desligam do cadastro. A secretaria atualmente vem testando uma didática para amenizar o sofrimento do luto causado pelas famílias no momento do desacolhimento. Em breve terá uma nova ferramenta para apoiar as famílias. Outro desafio é buscar famílias que estejam dispostas a acolher adolescentes, a partir dos 13 anos, hoje, este adolescente acaba indo para um abrigo institucional. Diversos estudos apontam que a família acolhedora é a modalidade mais benéfica, por conta de o ambiente familiar abrigar melhor as necessidades desses indivíduos. Fez um apelo aos vereadores para que os auxiliem na divulgação desta modalidade de acolhimento. Nosso serviço está de portas abertas para qualquer vereador que queira visitar o serviço de acolhimento familiar. Finalizou que todas as crianças e adolescentes são subsidiadas e amparadas pela secretaria. Agradeceu a sra. presidente e todos os vereadores pelo espaço. Com a palavra, a vereadora Karen Lili Fecher. Disse que fica feliz por haver um número pequeno de crianças acolhidas, mas ao mesmo tempo há uma preocupação de crianças que precisam ser acolhidas. Falou como Vereadora e Assistente Social, sempre está ativa para divulgar os trabalhos e

falar os problemas relacionados a estes temas. Agradeceu e parabenizou. Sr. Alex Sandro fez a replica dizendo que a Secretaria também acolhe pessoas com deficiência e transtornos, o desafio é muito grande e para que se tenha êxito, o trabalho precisa ser divulgado. Com a palavra, a vereadora Carla Hofmann. Ficou feliz por ter servidores dedicados às pastas e que possuem grande conhecimento do mesmo. Questiona sobre a questão do apadrinhamento, em relação à uma alteração de lei. Sr. Alex Sandro respondeu que o apadrinhamento se encaixa no contexto do acolhimento institucional, falou que a família acolhedora tem uma guarda provisória sobre a criança, a mesma ficando em período integral com a família. São Bento do Sul hoje tem ativo o programa de apadrinhamento afetivo, mas não tirará a criança do acolhimento institucional, não terá a guarda da criança. Com a palavra, a vereadora Lindacir Conde. Disse que se emociona muito com o programa, porque a Secretaria de Assistência Social é um exemplo do programa de acolhimento no Brasil, comentou que sabe a capacidade do programa e dos servidores capacitados. Disse que se emocionou muito em uma época, sobre uma adoção onde se tinha sete crianças para adotar, onde as famílias acolhedoras cuidaram muito bem das crianças. Finalizou dizendo que parabeniza a todos e que tem muito orgulho deste programa. Com a palavra, o vereador Darlan. Parabenizou o Sr. Alex Sandro pelo programa e toda a Secretaria diante dos desafios atuais. Complementou a fala da vereadora Carla a respeito do programa de apadrinhamento, onde não há a intenção de adotar, mas pode-se ir em busca de mais informações no Fórum. A sra. presidente agradece a fala deste projeto da Secretaria, parabenizando o Secretário pelos esforços e os trabalhos realizados. Por questão de ordem, a vereadora Terezinha pediu para fazer uma colocação a respeito de uma fala errada da mesma. Falou sobre a parte do projeto onde servidores públicos efetivos atletas não poderiam receber a ajuda de custo, mas na verdade apenas os servidores públicos efetivos que optem por receber diárias, que não poderão receber. Não havendo mais nada a ser tratado, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e convocou os vereadores para a próxima sessão ordinária, que se realizará no dia 13 de julho de 2023 e encerrou, mandando lavrar a presente Ata. Sala das Sessões, 10 de julho de 2023.

ZULEICA MARIA SOUSA VOLTOLINI
Presidente

HÉLIO ALVES
Vice-Presidente

ADRIANO REINHARDT
Primeiro - Secretário

JAIRSON SABINO
Segundo - Secretário

CARLA ODETE HOFMANN

DARLAN ANDRÉ GULIANI

KAREN LILI FECHNER

LINDACIR EMIDIA CONDE

PAULO ZWIEFKA **TEREZINHA MARIA DYBAS**